

ANTAGONISMO DE PROJETOS NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: REPRESENTAÇÃO E PODER EM CARLOTA JOAQUINA E BÁRBARA DE ALENCAR

Cláudia Luna
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Universidade de São Paulo - Brasil

O masculino e o feminino são forças relacionais que interagem como partes de um sistema de identidade e de poder, que as conjuga tensionalmente.
Nelly Richards

Introdução

À margem do projeto vitorioso de Independência do Brasil (1822), duas mulheres se aproximaram do campo de poder. De um lado, Carlota Joaquina, à frente do Partido Carlotista, na Corte do Rio de Janeiro, que tentou implantar uma União Ibero-americana sob seu comando. Do outro, Bárbara de Alencar, uma das protagonistas da Revolução de 1817 no Nordeste do Brasil, de perfil republicano, que antecipa a Confederação do Equador (1824). Sobre Joaquina vigora no imaginário brasileiro uma versão caricatural que o exame de suas cartas e documentos pode desmentir. Quanto a Alencar, embora não tenha deixado escritos, será objeto de intensa idealização no imaginário regional.

Este trabalho dá sequência ao projeto Mulheres independentes/ mulheres nas Independências, que iniciamos em 2009 com estudo sobre Manuela Sáenz. Nesta etapa buscaremos delimitar, a partir do Brasil, a questão de gênero vinculada às instâncias de poder, repensando os projetos de nação e de América e as batalhas reais ou simbólicas que travaram os distintos agentes.

Partimos da premissa de que há efetiva atuação das mulheres nas lutas emancipatórias mas arraigados preconceitos de gênero são determinantes para o menosprezo dessa participação. Consideramos, no entanto, que dentro do próprio campo de gênero há diferenças determinadas pelas posições de classe, raça, etnia ou mesmo pela origem. Em suma, a questão é mais complexa do que se poderia pensar à primeira vista. Participam mulheres nas frentes de batalha e na retaguarda, entre realistas e independentistas, nos salões e nos conventos, diretamente ou através de cartas, em espaços públicos ou privados, como viajantes, escritoras, conspiradoras, articuladoras políticas, em suma, dentro das possibilidades que se lhes apresentam e dos espaços que lograram conquistar.

Vamos nos deter, aqui, na participação de duas mulheres, a espanhola Carlota Joaquina e a brasileira Bárbara de Alencar, que terão papel determinante nas primeiras décadas do século XIX, em campos absolutamente antagônicos, mas que convergem na relação conflituosa que ambas, ou melhor, os projetos políticos com

que se alinham, mantêm com a política joanina (D. João VI), às vésperas do processo de proclamação da independência do Brasil, mais especificamente de 1808 a 1821.¹

Verifica-se, inicialmente, que estão entrelaçadas as lutas reais e simbólicas no campo ibero-americano, por alguns motivos. Desde o campo do poder, estão unidas as dinastias de Bragança e Bourbon, através do casamento de D. João, de Portugal, e Carlota Joaquina, Infanta da Casa dos Bourbon, na Espanha. No entanto, o casal terá projetos distintos de poder, o que faz com que a vida conjugal seja uma arena de lutas constantes. Viverão, em diversas ocasiões, em palácios diferentes, alimentarão ambições similares de poder nos dois continentes. Serão rivais, neste campo. Portanto, esta é a primeira batalha que trava dona Carlota. Como lembra Francisca Azevedo: "Sua pretensão é sustentada pela revogação da lei Sálica – imposta por Felipe V em 1725 – que impedia a ascensão das mulheres ao poder na Espanha"². Ainda que haja a luta pessoal pelo poder, há interesses mais vastos que ambos defendem.

Isto nos leva à política expansionista da Coroa Portuguesa em terras hispano-americanas. Oliveira Lima³ chega a chamá-la de "imperialista", considerando os projetos joaninos de expansão territorial ao Norte (Guiana Francesa) e ao Sul (incorporação da Banda Oriental). Regulada por Tratados (Tordesilhas, 1494, e Madri, 1750), a questão fronteiriça se estenderá em alguns casos até o século XX. Uma delas é a região platina, disputada por portugueses e espanhóis, num processo que terá cada um dos monarcas atuando de forma independente. Examinar a correspondência de Carlota Joaquina com alguns dos principais próceres das emancipações hispano-americanas nos dá conta de que o Carlotismo foi um fato, como facção ou partido, e mobilizou alguns segmentos na América Hispânica, principalmente no Rio da Prata. Mais que isso, contou com a participação decisiva da Inglaterra, quer com a colaboração do Almirante Sidney Smith, quer com o antagonismo do cônsul Lorde Strangford.

O interesse na região Cisplatina, pela Coroa portuguesa, foi um dos motivos para a transferência da capital do Brasil, em 1763, de Salvador (Bahia), para o Rio de Janeiro, pelo Marquês de Pombal, Primeiro Ministro do Rei de Portugal, D. José I. Em decorrência deste traslado para o Sul, a província de Pernambuco, no Norte do país, se torna mais distante do centro do poder, o que agudiza sua particularidade no contexto brasileiro. Uma das primeiras capitânicas, Pernambuco sofrerá invasão por parte dos holandeses, o que, de certo modo, teria fortalecido seu sentido de autonomia. Ao mesmo tempo, o comércio era feito diretamente do Porto de Recife com países da Europa, com os quais mantinha contato mais estreito que com a própria capital. Da África, finalmente, desembarcam navios negreiros oriundos da África Central⁴.

¹ O recorte aqui trabalhado se vincula ao tópico que desenvolvemos em pesquisa de Pós-doutorado, na USP, sob supervisão de Maria Ligia Coelho Prado.

² Azevedo. *Carlota Joaquina. Cartas inéditas*. 2008. p. 45.

³ Lima. *D. João VI no Brasil*. 2006.

⁴ Conta Joseph Miller, que "Na medida em que os interesses dos fazendeiros de Pernambuco se tornaram o motivo mais importante em restabelecer a presença comercial portuguesa em Luanda, nos anos de 1650 e 1660, os centro-africanos da área de Cuanza, escravizados entre as décadas de 1660 e 1690, vieram aportar no Brasil, a maioria em Pernambuco e talvez secundariamente na Bahia." (Heywood. *Diáspora negra no Brasil*. 2010. pp. 37-38).

A região será responsável pela plantação e fornecimento de cana-de-açúcar para a Europa, sob a estrutura do latifúndio com utilização de mão-de-obra escrava, de origem africana. No século XVII se transferem para o Nordeste brasileiro os Alenquer, oriundos de Portugal, situando-se ao redor da Chapada do Araripe, como fazendeiros. Inicia-se uma estirpe econômica e política que participará ativamente no campo do poder local e que em diversos momentos disputará o poder em âmbito nacional. É neste contexto que se insere o movimento emancipatório local de cunho republicano, no qual se destaca a figura de dona Bárbara de Alencar, matriarca do Crato, que, viúva, comanda as fazendas da família e participará no processo da Revolução de 1817, quando esta chega ao Ceará, trazida pelo filho José Martiniano de Alencar.

A reação da Corte será brutal. Os líderes pernambucanos serão torturados, executados e seus corpos serão exibidos aos pedaços, configurando claramente a política do escarmento. Do levante nordestino serão cerca de duzentos presos, entre os quais se inclui Bárbara de Alencar, mencionada claramente em alguns arquivos, que migrarão entre prisões até 1821. A vitória liberal nas Cortes de 1821 será um dos fatores que lhes dará a liberdade. Ao mesmo tempo, com a derrota napoleônica, D. João e sua Corte são instados a voltar para Portugal. Neste ano, Bárbara de Alencar é libertada e volta para sua terra. Carlota Joaquina, por sua vez, retorna à Europa, sendo mais tarde coroada Rainha.

A Independência do Brasil, tal como se dá, consagrando uma monarquia constitucional com manutenção da escravidão, em 1822, configura a derrota tanto dos projetos republicanos, alimentados por grupos nordestinos, como de manutenção da ordem colonial sob a égide de uma União Ibero-americana. Carlotistas e alencarinos, portanto, estarão entre os grupos derrotados no processo e com ele os projetos até então defendidos por Carlota Joaquina e Bárbara de Alencar. Fecha-se um capítulo da história, no qual ambas participaram de forma ativa. Como o fizeram e como sua atuação repercutiu e repercute na historiografia, no imaginário e na vida política brasileira é nosso interesse pesquisar.

Símbolo vivo de um velho mundo

Se buscássemos um vínculo entre Bárbara e Carlota poderíamos considerar que o ponto que as une é a relação com a Corte de D. João VI. Ambas são mulheres de poder, em posição de mando e controle, pertencentes a elites.

Carlota rebela-se, no entanto. Diante de um marido fraco e deprimido, com o qual em grande parte do tempo não vive maritalmente, tem pretensões ao trono e trabalha por sua dinastia espanhola, atuando na diplomacia externa. O Carlotismo será uma bandeira defendida por contemporâneos. Carlota questionará o direito sucessório e atua no centro do poder, dialogando com os principais protagonistas e atores da época de distintas nacionalidades. O seu se associa a um projeto de "contramodernidade", de "reação", no sentido em que se vincula às tropas realistas com objetivo de manter as colônias sob o jugo de um império ultramarino, nos moldes de uma União Ibérica.

Carlota Joaquina tinha como espelho uma série de mulheres que exerceram efetivamente o poder, como princesas ou rainhas, para as quais, sem dúvida, o modelo maior era Isabel de Castela. A associação entre ambas assumiria conotação

bastante relevante, na perspectiva de Oliveira Lima⁵, para quem o par Carlota – João reviveria o casal Isabel – Fernando, acenando, pois, com a possibilidade de independência entre os reinos.

Muitos julgavam “ser mais fácil emanciparem-se constituindo uma monarquia que não desafiasse o grande poderio conservador do rei do Brasil, cem vezes superior ao do reino de Portugal”⁶. A proposta de uma monarquia constitucional, portanto, recebe apoio de Manoel Belgrano, Castelli, Pueyrredon e Mariano Moreno.

A memória de Carlota Joaquina, no entanto, estará indelevelmente vinculada à biografia que dela traçou seu secretário particular, José Presas. Em *Memórias secretas da princesa do Brasil – as quatro coroas de Carlota Joaquina*, consideramos pertinente o argumento de Mello e Souza, para quem o catalão visava, com estas indiscretas memórias, fazer “uma *chantagem* em grande estilo contra a antiga senhora e ama, cujas veleidades políticas animara, a fim de melhor fazer valer os seus serviços e justificar a permanência a seu lado”⁷. Seu relato é sem dúvida parcial e pretende desqualificar a rainha, principalmente sob o aspecto moral. Este perfil, no entanto, será recebido como incontestável verdade pelas gerações futuras.

No tocante à historiografia, sem dúvida a obra chave é o clássico de Oliveira Lima, que cunha um perfil da Princesa que se imporia à posteridade. Dentro de viés androcêntrico, diagnostica o motivo das lutas e fracassos de Carlota: “A razão está em que Dona Carlota Joaquina nunca se resignou a ser aquilo para que nascera – uma princesa consorte. Sentia em si sobeja virilidade para ser ela o Rei”⁸.

O perfil prossegue mostrando a nítida contradição entre uma alma masculina, “não tanto pelo desejo imoderado de poder e pelo cinismo, quanto pela pertinácia em alcançar seus fins e sua dureza” e o traço feminino expresso no “amor das jóias e vestidos, o fraco pelo luxo. Nela não havia meiguices de mulher, apenas acessos de volúpia em que **prostituíu o tálamo e a coroa**”(grifo nosso)⁹. A falta de atributos tradicionalmente vinculados ao gênero feminino, como a beleza e a delicadeza, para ele são supridos por talentos varonis, pois

Dona Carlota era capaz de exibir qualidades de sedução, decerto mais intelectual que física, visto ser tão desgraciosa. Viva, espirituosa, enredadeira, faceira, quando queria, até ultrapassar a decência, mas sabendo também afetar pudores e dignidade de mulher, o fato é que conseguiu que vários homens de merecimento jungissem num momento dado os próprios interesses aos seus, e que outros se prestassem a servi-la com zelo e dedicação¹⁰.

O processo de caricaturização de sua figura será constante ao longo do século XX. Em 1995 o filme brasileiro *Carlota Joaquina, princesa do Brasil*, dirigido por Carla

⁵ Trata-se de *D. João VI no Brasil*, editado em 1908, por ocasião do Centenário da chegada de D. João VI ao Brasil. Utilizamos aqui a terceira edição, da Topbooks, com prefácio de Wilson Martins.

⁶ *Ibidem*, p. 193.

⁷ Presas. *Memórias secretas da princesa do Brasil*. 2008. p. 32.

⁸ *Ibidem*, p. 177.

⁹ *Ibidem*, p. 177.

¹⁰ *Ibidem*, pp. 183-4

Camuratti, mantém o tom burlesco, e terá franca aceitação popular, ajudando a disseminar certa perspectiva da história do Brasil. Há poucos anos, é lançado o romance *Carlota Joaquina – a rainha devassa*¹¹, na onda das biografias romanceadas que se apresentam ao grande público como obras com verniz histórico, e acabam por acentuar clichês. No caso, o título já explicita o recorte e o efeito pretendido pelo autor.

Na contramão dessa apropriação grotesca da figura de Carlota Joaquina, surgem dois estudos que são hoje referência: o de Sara Pereira¹², editado em Portugal, e o de Francisca Azevedo, já citado, publicado em 2007, no âmbito das comemorações pelo “Bicentenário da chegada de D. João e da Família Real ao Rio de Janeiro”, promovidas pela Prefeitura da cidade. Em 2003 a pesquisadora já publicara *Carlota Joaquina na corte do Brasil* (editora Civilização Brasileira) e segue como referência nas pesquisas sobre a princesa. Divide sua obra em três tipos de correspondência: a familiar, com os membros da família real; a de gabinete, com o secretário José Presas, e finalmente as “cartas políticas”.

Neste momento, vamos nos debruçar sobre *O manifesto que dirige a seus fiéis vassallos*, e fará publicar em todo o circuito Ibero-americano¹³. Na verdade, o Manifesto, em si, é indissociável de duas outras peças. A primeira é: “Justa Reclamação que os representantes da Casa Real de Espanha, D. Carlota Joaquina de Bourbon Princesa de Portugal e Brasil e D Pedro Carlos de Bourbon e Bragança, Infante de Espanha fazem a S.A.R. o Príncipe Regente de Portugal”¹⁴. A segunda se refere à “Resposta de S. A. R. o Príncipe Regente de Portugal à reclamação feita por SS. AA. RR. a Princesa do Brasil, e o Infante de Espanha D. Pedro Carlos”. Ambas são escritas aos 19 de agosto de 1808, no Palácio (ou palácios) do Rio de Janeiro. Ainda no mesmo dia, Carlota Joaquina firma seu “Manifesto”.

Considerando o conjunto de textos e sua intenção final, por parte de Carlota Joaquina, ou seja, reivindicar o direito ao trono real, na ausência do irmão, trata-se menos de um trâmite burocrático que de uma necessidade de legitimação e apoio.

Portanto, o que nos traz o “Manifesto aos fiéis vassallos”? Garantido já o amparo e proteção imediata de D. João, Príncipe de Portugal, e seu empenho na causa, faz saber aos leais e fiéis vassallos do Rei Católico da Espanha e das Índias, “aos Chefes, e Tribunais, aos Cabidos Seculares e Eclesiásticos e às demais pessoas em cuja fidelidade se acha depositada toda a autoridade e administração da Monarquia, e confiados os direitos da minha Real Casa, e Família” a usurpação do trono pelo Imperador dos franceses, a quem acusa de almejar a uma Monarquia Universal.

Para realizar tal projeto “grande unicamente pelas grandes atrocidades, roubos e assassinatos”, o Imperador pretende exterminar a família Real, já “que nela residem os legítimos direitos”. Relata as artimanhas por ele utilizadas e a fuga necessária do

¹¹ Obra de João Felício dos Santos, publicada em 2008 pela José Olympio, Rio de Janeiro.

¹² Trata-se do livro da pesquisadora Sara Marques Pereira, da Universidade de Évora, intitulado *D. Carlota Joaquina e os “espelhos de Clio”*. Actuação Política e figurações historiográficas. Lisboa, Livros Horizonte, 1999. Até o presente momento não tive acesso ao livro de Maia, esgotado no fornecedor.

¹³ Os textos constam da seção Política, subtitulada Brazil, n. 7 do Correio Braziliense, de dezembro de 1808, e ocupam as páginas 544 a 554. Tivemos acesso a estas fontes através da edição digitalizada em www.brasiliana.usp/blod/handle/1018/61. Acesso em maio de 2013.

¹⁴ A grafia foi atualizada para o português contemporâneo.

casal real para o Brasil, o saqueio em Portugal, a abdicação forçada do Rei, seu pai. A toda a violência sofrida pela família, soma a intenção de violar a Integridade da Espanha e ultrajar a Religião Católica.

Tudo isso seria cedido se não entrasse em ação a figura salvadora que ela pretende encarnar, “se não reclamássemos a tempo desta violência, injusta, e iníqua, concebida, e executada contra o Direito natural e positivo, contra o Direito Divino e humano, contra o Direito Geral, e das Gentes; violência desconhecida nas mais bárbaras nações”.

Na ausência de todos, considerando-se “suficientemente autorizada a exercer as vezes de meu Augusto pai e Real família de Espanha, existentes na Europa, como a sua mais próxima Representante, neste Continente da América, para com seus fieis e amados Vassallos”, se declara “autorizada” a exercer o Poder no lugar de seu pai e, portanto, de posse deste poder que se “auto outorgou”, em razão dos argumentos anteriores, declara “por nula a abdicação ou renúncia” de seu Pai e integrantes da família real espanhola em favor do Chefe dos Franceses, atuando como “depositária e defensora destes direitos” para restitui-los quando se fizer a paz geral. Apela aos vassallos, ainda, para que mantenham a ordem e a paz pública, e defendam os domínios enquanto seja necessário.

Além de sentir-se autorizada a assumir o poder, emite o documento e pede que seja guardado, cumprido, e colocado em circulação, para que fique público “não só quais são os meus Direitos, senão também a firme resolução em que me acho de os manter invioláveis”. Chama à vista a obstinação que demonstra, e que Oliveira Lima já havia explicitado. Finalmente certifica que não intenciona “alterar as leis fundamentais da Espanha, nem violar os privilégios, honras e isenções do Clero, Nobreza e Povos da mesma monarquia; que todos, e todas reconheço, aqui, e diante do Ente Supremo, que abençoará esta solene, e tanto justa como bem fundada Protestação”.

Trata-se do documento de uma soberana, que reivindica, garante seu direito e o utiliza. Invoca a força da palavra escrita, nas cidades das letras e na vasta extensão do domínio ibérico, no universo colonial, o poder criador que impõe a realidade e a fidelidade. Carlota Joaquina foi uma legítima representante dos conquistadores e colonizadores de *Nuestra América*. Na verdade, como observa Marcus Cheke, “na qualidade de filha, irmã, esposa e mãe de monarcas absolutos, dona Carlota Joaquina era um símbolo vivo do velho mundo que então se via ameaçado”¹⁵. Nela, encontramos a vontade suprema de poder unida à impotência e a um projeto de antemão naufragado. Visto retrospectivamente, soa patético mas extremamente audaz.

O poder da matriarca

Se o Carlotismo não passou de um estorvo, outro movimento, alguns anos depois, representaria real perigo para os projetos reais. Como analisa Denis Bernardes,

Ao quebrar um dos pilares secularmente construído da identidade portuguesa, o da tradicional fidelidade dos vassallos de sua Majestade Fidelíssima, 1817 foi a

¹⁵ Cheke. *Carlota Joaquina (a rainha intrigante)*. 1949. p. 58.

mais ousada e radical tentativa de enfrentamento até então vivido pela Monarquia portuguesa em toda a sua história¹⁶.

Funda-se uma nova soberania em solo real, e “uma parte importante da monarquia funda uma outra soberania e lança-se no crime de separar-se do corpo do Rei, de não ser mais simbólica e praticamente, parte dele”¹⁷. Por esta razão, embora a República tenha durado poucos dias sua repressão durou cerca de quatro anos e a “consequente restauração da ordem monárquica” somente se fecha em 1821, com a revolução do Porto. Durante o período de dois meses, instaura-se um “tempo da pátria”, onde a soberania do rei é substituída por outra, onde se pode instaurar uma nova ordem política “autolegitimada, independente e contra tudo o que até então fundara a existência do poder e das identidades políticas dos súditos da monarquia”¹⁸.

Vista sob esta perspectiva, a Revolução de 1817, que começa em Pernambuco e atinge as capitanias de Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, constitui-se experiência única e a Constituição ali instalada passa a figurar entre os documentos políticos da história do Brasil.

O movimento de 1817 não foi o primeiro e nem seria o último, com teor contestatório, que ocorreria no Nordeste e Norte do Brasil. Muitos deles contarão com o apoio dos “pedreiros-livres”, os maçons, dentre os quais se destaca o naturalista Arruda Câmara, criador do Aerópago de Itambé, na divisa entre Pernambuco e Paraíba, centro irradiador das novas idéias. Em carta de 1810 ao padre João Ribeiro, Câmara menciona Dona Bárbara. Fora ela a levar os filhos ao Seminário de Olinda, em especial José Martiniano de Alencar, que, em 1817, subdiácono em Olinda, será encarregado de levar as novas republicanas ao Crato, no interior do Ceará. Narra Luis Viana Filho, em sua biografia de José de Alencar, romancista brasileiro, filho do padre José Martiniano, que

Foi solene e festiva a proclamação da República, no Crato. Em 3 de maio, após a missa, José Martiniano, feita, do púlpito, breve alocução, declarou instalado o novo regime. (...) os legalistas não demoraram a reagir. E no dia 11 Filgueiras ocupou o Crato prendendo os revolucionários, entre os quais José Martiniano e Tristão (...) Para os Alencares iniciava-se a via-crucis. (...) Bárbara de Alencar, presa na Paraíba, onde se homiziara, seguiu a sorte dos filhos¹⁹.

Um dos principais historiadores do movimento será o Barão de Studart. Em artigo publicado na *Revista do Instituto do Ceará*, cita o ofício de Manoel José de Albuquerque, de dezembro de 1817, onde há uma lista de “*Traidores da Revolução do Crato*”, classificados como “infames cabeças”, “muito culpados” e “culpados”. Dentre os primeiros, constam José Martiniano e Tristão Gonçalves; entre os segundos, Bárbara Pereira²⁰. Studart Filho menciona, ainda, a Lista de Presos

¹⁶ Bernardes. *O Patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. 2006. p. 205.

¹⁷ Ibidem, p. 205.

¹⁸ Ibidem, p. 206.

¹⁹ Viana Filho. *A vida de José de Alencar*. 2008, p. 16.

²⁰ Studart Filho. “3 de maio de 1817. O movimento de 17 no Ceará”. *Revista do Instituto Histórico do Ceará*. Tomo XXXI, ano XXXI, 1917. p. 152. (Cdroom Revista do Instituto do Ceará (de 1887 a 2004). Fortaleza, Instituto do Ceará – MEC, v. 1.)

cearenses levados aos calabouços baianos, em 1818, dentre os quais novamente constam Bárbara, Padre José Martiniano e Tristão. A participação de Bárbara é registrada em diversos documentos, lembrada e reivindicada por muitos parentes, descendentes e correligionários, como pudemos constatar pessoalmente em visita recente ao Cariri. Evidentemente a notável carreira política do filho José Martiniano fará com que a família mantenha íntima relação com a vida pública do país²¹.

É certo que o prestígio e influência dos Alencar se estende até hoje no país, incluindo políticos²² e intelectuais. Poderíamos associá-los a uma vertente da historiografia brasileira que não foi a vitoriosa, nos inícios do IHGB, ao contrário do projeto de Varnhagem, baseado nos grandes feitos dos grandes homens. Como já vimos, se vincula à linhagem de Capistrano de Abreu, cujo modelo de história contempla o regionalismo e a diversidade, acolhendo a memória oral e as culturas populares.

Pois será através deste viés que se perpetuará dona Bárbara de Alencar. Como lembram Raquel de Queiroz (uma de suas descendentes) e Heloisa Buarque de Hollanda: "A Corte não perdoou a ousadia de Bárbara. Durante cerca de 4 anos, ela, bem como os filhos, andou presa, algemada, constantemente transferida de uma capital para outra (...). A matriarca (...) morreu na década de 60 do século XIX".

O mito "Bárbara de Alencar", no entanto, renderá muitos frutos no Norte e Nordeste brasileiro. No Centenário da Revolução de 1817, José Carvalho escreve o drama "D. Bárbara" para concorrer às Festas Cívicas em Belém. Em artigo para a *Revista do Instituto do Ceará*, intitulado "Heroína Nacional: Bárbara de Alencar", de 1920²³, ele comenta carta do cronista cearense João Brígido, segundo o qual "Mui inteligente, lida e corrida era a primeira senhora daquela região. Arruda Câmara a tinha apontado já de tempo como chefe futuro dos patriotas do Crato"²⁴. Discorre longamente sobre as críticas a Bárbara, muitas delas vinculadas a boatos sobre sua vida conjugal, mas assegura: "minha bisavó D. Luisa, que sempre conviveu com D. Barbara, foi toda a vida, no seio da família, uma calorosa defensora das austeras virtudes de sua sogra"²⁵.

Dará nome a praças, ruas, escolas, comendas. Será reivindicada como modelo e exemplo de mulher guerreira, como símbolo de resistência e luta pela liberdade. No período da ditadura militar no Brasil, nos anos setenta do século XX, o poeta Caetano Ximenes de Aragão publica o *Romanceiro de Bárbara*, conjunto de poemas em que exalta a heroína da liberdade. Canta o poeta em "Dia da libertação":

pelos vertentes da noite/ a manhã já se fazia/ quando Iansã abriu as grades/ das
cadeias da Bahia/ pra ver Bárbara passar/ por dentro da luz do dia// dia pleno
de orixás/cavalgando a ventania/ Ogun Oxum Olorun/ vento alvo alvenaria/ (...)

²¹ ABREU. *Ensaios e estudos*. 1976, p. 53 apud Vianna Filho. *A vida de José de Alencar*. 2008, p. 57.

²² Ver, a este respeito Paiva (1979), sobre a seca, o elitismo e o poder político no Ceará.

²³ José Carvalho. "Heroína Nacional. Bárbara de Alencar." *Revista do Instituto do Ceará*. ano XXXIV. 1920. (cdroom Revista do Instituto do Ceará (de 1887-2004)). Fortaleza, Instituto do Ceará – MEC, v. 1.)

²⁴ Ibidem, p. 204.

²⁵ Ibidem, p. 297.

tocaram todos os sinos/ das igrejas da Bahia/ pra ver Bárbara passar/ por dentro da luz do dia²⁶.

É bastante curioso o processo de transculturação que ocorre com Bárbara de Alencar, assimilada tanto à hagiografia de Santa Bárbara, donzela mártir imolada pelo próprio pai, quanto a Iansã, Orixá dos raios e das tormentas, divindade africana do Rio Niger que chega ao Brasil nos navios negreiros. Explica a artista plástica Icarly Carise que "Iansã é a terrível guerreira que traz na mão direita uma espada e, na esquerda, o *eiru*, para, nos rituais, afugentar os *eguns* (almas dos mortos). Deusa guerreira, no sincretismo religioso identifica-se com Joana D'Arc e com Santa Bárbara"²⁷.

Em 2004, Oscar Araripe pinta a tela "Retrato de Dona Bárbara de Alencar, Heroína do Ceará, mãe da Independência e da República do Brasil". Ao ser homenageado no Centro Cultural Bárbara de Alencar, em Exu (Pernambuco), ele recitará sua "Ode a Bárbara", onde a exalta como "bela síntese de bravos anônimos e injustiçados esquecidos. Bárbara, a mulher brasileira."²⁸

Sua biografia será apresentada em diversos gêneros: em *O romance de Bárbara*, de Luciana Barbosa Nobre, através do recurso ao onírico, a narradora dialoga com a própria Bárbara, que relata sua luta: "não era a Coroa que nos seduzia, mas a possibilidade de podermos escolher livremente os nossos mandatários"²⁹. Ao final da narrativa há bibliografia, atestando a veracidade dos dados ficcionalizados³⁰. Este recurso se repetirá em muitas das obras a ela dedicadas, como os já citados *Romanceiro de Bárbara*³¹, o *Memorial Bárbara de Alencar*³², ou *Bárbara de Alencar, a guerreira do Brasil*³³. São obras de resgate, que buscam reivindicar para o panteão nacional dos heróis da pátria a figura de Bárbara, o que se concretizou há poucos anos, a partir de projeto de lei.

No Cortejo de Carnaval do Grupo Maracatu Nação Fortaleza de 2010, sob o tema "Bárbara luz da liberdade", entoou-se a loa "Bárbara de Alencar, um canto de liberdade", de Calé Alencar, onde mais uma vez se apresentam o sincretismo e se exalta sua valentia: "É Bárbara e seu ideal libertário/que se espelhem em ti os que vamos lutar/pois a liberdade ainda que tarde/um dia renasce pra gente cantar"³⁴.

Conclusão

No cotejo entre a trajetória de cada uma das personagens em tela, as perspectivas de apresentação histórica e suas variadas representações artísticas e ficcionais,

²⁶ Aragão. *Romanceiro de Bárbara*. 1975, p. 66.

²⁷ Texto explicativo, no verso da gravura "Iansã", do Álbum *Deuses africanos, o sincretismo e o barroco*. Rio de Janeiro: Fundação Mokiti Okada, s.d.

²⁸ www.blogdocrato.com. Jornal da Chapada do Araripe. Acesso em maio de 2013.

²⁹ Nobre. *O romance de Bárbara*. 1992, p. 30.

³⁰ Para a relação entre discurso histórico e narrativa ficcional sugiro a leitura de "Literatura e História em *Santa Evita*", de Adriana Ortega (no prelo).

³¹ Aragão. *Romanceiro de Bárbara*. 1975.

³² Aquino. *Memorial Bárbara de Alencar*. 2011.

³³ Gaspar. *Bárbara de Alencar, a guerreira do Brasil*. 2001.

³⁴ www.nacaofortaleza.com/bra/carnaval2010.htm. Acesso em maio de 2013.

verificamos o quão intrincado é o universo da construção e reconstrução de personagens de nosso passado. Percebe-se a vinculação entre a forma de apropriação e resgate com projetos e vínculos do presente. Interesses partidários, regionais, políticos, modelos historiográficos e teóricos, em suma, uma rede de mediações faz com que a tarefa de discutir o papel das mulheres nas independências seja tão rica e fascinante quanto complexa e desafiadora.

Como saldo parcial, fica patente a participação de Carlota Joaquina e de Bárbara de Alencar na vida pública brasileira de inícios do século XIX, em projetos que não coincidem com os do gabinete de Dom João VI. Há elementos ideológicos, vinculados ao campo de poder (situação ou oposição), em diversos níveis (local, regional, continental, global), que atuarão sobre as representações efetuadas, em distintas épocas.

Ocorre uma curiosa inversão na relação entre atuação e importância inicial e apagamento posterior, a saber, Carlota, detentora de quatro coroas (Imperatriz do Brasil, rainha de Portugal, rainha de Espanha e rainha do Prata), será sucessivamente depreciada e ridicularizada pelos pósteros. Para isso teriam influenciado a abordagem parcial de seu secretário particular, o enfoque a ela dado pela historiografia de cunho liberal, um evidente androcentrismo teórico e político, mas principalmente o fato de que o seu era um projeto de "contramodernidade", que contrariava os interesses ingleses no continente em vias de emancipação. Afinal, valia mais uma profusão de pequenos Estados com que estabelecer tratados comerciais que um *revival* do grande Império Ibérico. O processo de descolonização latino-americano que estava em curso, finalmente sob o mando das elites e camadas ilustradas, havia construído seus aliados firmemente do outro lado do Atlântico.

Quanto a Bárbara de Alencar, em que pese o fato de que suas distintas representações se baseiam no mesmo conjunto de fontes, sua participação direta não se comprovou ainda, ou melhor, aparece vinculada à atuação dos filhos, como grande matriarca, articuladora política e difusora das idéias liberais e republicanas. Segundo consta, os documentos do grupo de 1817 foram queimados para impedir que se fizesse a devassa, como ocorrera com os Inconfidentes mineiros. No entanto, a construção de um projeto nacional em que o Nordeste perdeu paulatinamente força em termos das oligarquias políticas, dos modelos acadêmicos e historiográficos, em detrimento do Sudeste, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, faz com que seu nome seja elevado a baluarte de uma região cujos filhos não desistiram da luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Em ambas, ocorre a estratégia de denegrimento da vida pessoal; no caso de Carlota, através das insinuações de José Presas sobre sua vida desregrada e adúltera; no caso de Bárbara, através de alusões veladas ao fato de que seus filhos seriam fruto de união extraconjugal. A diferença, até onde pudemos constatar, ocorre em que no primeiro caso não houve quem se levantasse em sua defesa; já quanto a Bárbara, o dado foi imputado a calúnias com fins políticos. Enfim, não importa investigar suas vidas privadas, mas sim perceber o quanto o aspecto moral entra em jogo quando o personagem em questão é uma mulher e como isso pode interferir em sua credibilidade política, na forma como suas idéias são aceitas ou negadas, em seu direito à expressão de projetos e à participação ativa na vida pública.

Concluindo, a figura de Carlota Joaquina sofrerá depreciação, caricaturização e neutralização de seu papel de enunciadora de um projeto (ainda que equivocado), para o seu tempo. Bárbara de Alencar será perseguida e ultrajada, em vida, mas enaltecida pelos descendentes e gerações seguintes. Em última análise, é possível que isto ocorra devido à vinculação a um projeto de "contramodernidade", ou seja, manutenção da ordem colonial, no caso da primeira, e à luta por um projeto de transformação radical, ou seja, implantação da república no Brasil no início do século XIX, simultaneamente à construção dos imaginários nacionais hispano-americanos, e ao espírito regional autonomista, no caso da segunda.

O passado se faz presente e forma de construção do futuro. Até lá, cada um de nós acrescenta uma pequena pedra, lembrando personagens que se mantiveram nas páginas dos livros de história ou no imaginário popular, e cujos fracassos ou vitórias podem nos auxiliar a compreender a sociedade em que vivemos.

Referencias Bibliográficas

ALENCAR, Juarez Aires. *Dona Bárbara do Crato (a heroína cearense)*. São Paulo, 1968.

ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. *Teoria, crítica e história literária*. Seleção e apresentação de Alfredo Bosi. São Paulo: EDUSP, 1978. (Biblioteca universitária de literatura brasileira).

ARAGÃO, Caetano Ximenes. *Romanceiro de Bárbara*. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1975.

ARAÚJO, Ariadne. *Bárbara de Alencar*. 3. ed. rev. e atual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. (Coleção Terra Bárbara, 1).

ARRUDA, José Jobson & TENGARRINHA, José Manuel. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira (estudo e organização). *Carlota Joaquina. Cartas Inéditas*. [tradução das cartas em espanhol, José Luiz Sanchez]. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

BERNARDES, Denis Antonio de Mendonça. *O Patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo: HuciteC; Fapesp; Recife: UFPE, 2006.

BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto. *Textos políticos da História do Brasil*. Volume 8. Brasília: Senado Federal / Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas*. O imaginário da República no Brasil. 19. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CHACON, Vamireh. *A Grande Ibéria*. Convergências e divergências de uma tendência. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Paralelo 15, 2005.

CHARTIER, Roger. *A força das representações: história e ficção*. Organização de João Cezar de Castro Rocha. Chapecó, SC: Argos, 2011. (Grandes Temas, 13).

CHEKE, Marcus. *Carlota Joaquina (a rainha intrigante)*. Tradução de Gulnara Lobato de Moraes Pereira. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949. (O romance da vida, 44).

GASPAR, Roberto. *Bárbara de Alencar, a guerreira do Brasil*. 3. ed. Fortaleza, 2001.

GUARDIA, Sara Beatriz, (ed.). *Las mujeres en la Independencia de América Latina*. Lima: USMP; UNESCO; CEMHAL, 2010.

IGLESIA, Cristina. *La violencia del azar*. Ensayo sobre literatura argentina. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

JOZEF, Bella. *A máscara e o enigma*. A modernidade: da representação à transgressão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão [et al.]. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LIMA, Oliveira [1908]. *D. João VI no Brasil*. 4. ed. Prefácio de Wilson Martins. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

LUNA, Cláudia. "Uma voz na encruzilhada de dois mundos: heterogeneidade de visões na conquista da América". *Anuario brasileño de estudios hispánicos*. Suplemento Jubileo de Plata de la APEERJ. Brasília: Embajada de España en Brasil, 2007. págs. 47-58.

LUNA, Dom Joaquim Granjeiro. *Dados genealógicos da família Luna de Alencar fornecidos por D. Joaquim Granjeiro de Luna – OSB, a D. Hilário Leite de Macedo – OSB, em 6-12-1959*. Rio de Janeiro, Mosteiro de São Bento. /Fonte memorial: manuscrito do acervo particular da jornalista Miriam Alencar/.

MENEZES, Raimundo de. *José de Alencar, literato e político*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1977.

MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817*. Estruturas e argumentos. São Paulo: Perspectiva, 1972. (Série Estudos, 8)

MOURÃO, Gonçalo de B. C. e Mello. *A Revolução de 1817 e a História do Brasil*. Um estudo de história diplomática. Belo Horizonte: Itatiaia, 1996. (Coleção Reconquista do Brasil, 2. série, v. 182).

PAIVA, Maria Arair Pinto. *A elite política do Ceará provincial*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

PIMENTA, João Paulo Garrido. *Estado e Nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

PRADO, Maria Ligia Coelho. *América Latina: tramas, telas e textos*. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. O Brasil e a distante América do Sul. *Revista de História (USP)*, São Paulo, v. 145, págs. 127-149, 2001.

PRESAS, José. *Memórias secretas da princesa do Brasil*. As quatro coroas de Carlota Joaquina. Prefácio de Laura Mello e Souza. 3. ed. ver. São Paulo: Phoebus, 2008.

RICHARD, Nelly. *Intervenções críticas*. Arte, cultura, gênero e política. Tradução Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. (Humanitas)

SCHIAVINATTO, Iara Lis. "Entre histórias e historiografias: algumas tramas do governo joanino". GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Vol. I – 1808-1831. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. pp. 55-93.

VIANA FILHO, Luis. *A vida de José de Alencar*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP; Salvador, BA: EDUFBA, 2008.

WALSH, R. *Notícias do Brasil (1828-1829)*. Tradução Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1985. (Reconquista do Brasil, nova série, v. 74-75).